



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE MEDICINA

CARLOS ALBERTO DE SOUSA NOGUEIRA

**MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NO BIÊNIO (2017 – 2018)**

CARLOS ALBERTO DE SOUSA NOGUEIRA

**MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NO BIÊNIO (2017 – 2018)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Barbosa Brandão

**IMPERATRIZ
2019**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Nogueira, Carlos Alberto de Sousa.

Mortalidade de adultos jovens por causas externas no município de Imperatriz - MA, no biênio 2017 2018 / Carlos Alberto de Sousa Nogueira. - 2020.

31 p.

Orientador(a): Fernando Barbosa Brandão.

Curso de Medicina, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2020.

1. Adultos jovens. 2. Causas externas. 3. Taxa de mortalidade. I. Brandão, Fernando Barbosa. II. Título.

CARLOS ALBERTO DE SOUSA NOGUEIRA

MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NO BIÊNIO (2017 – 2018)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Barbosa Brandão
Universidade Federal do Maranhão- Curso de Medicina/CCSST

A Banca Julgadora de trabalho de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, em sessão pública realizada a 07/12/2020, considerou

Aprovado ()

Reprovado ()

Banca examinadora:

Prof. Dra. Cecilma Miranda de Sousa Teixeira
Universidade Federal do Maranhão- Curso de Medicina/CCSST

Prof. Ma. Jaisane Santos Melo Lobato
Universidade Federal do Maranhão- Curso de Medicina/CCSST

Imperatriz-MA, 07 de dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

À DEUS, pois sem Ele esse trabalho não seria possível.

À Universidade Federal do Maranhão e à Coordenação do Curso de Medicina, pela oportunidade de realizar um sonho.

Ao Instituto Médico Legal, por ter permitido a utilização de seu banco de dados para o estudo, em especial ao Dr. José Jorge Anchieta e ao perito Marcos, que sempre demonstraram disponibilidade para possibilitar o acesso aos dados utilizados.

Ao Prof^o Fernando Barbosa Brandão, pela orientação nessa importante etapa de formação, pelo apoio e por suas exigências sempre buscando produzir um trabalho de qualidade.

Às professoras Cecilma Miranda de Sousa Teixeira e Jaisane Santos Melo Lobato pela disponibilidade para participação na banca examinadora e sugestões apresentadas para a melhoria do trabalho.

Aos meus pais, Clodomir (*in memoriam*) e Graça, pelo esforço em possibilitar aos filhos o acesso à educação.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho deixo meu “muito obrigado” e lembro que sem elas esse trabalho não seria possível.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos específicos	12
3 METODOLOGIA	13
3.1 Área de estudo	13
3.2 Tipo de estudo	13
3.3 Amostra e coleta dos dados	13
3.4 Critérios de inclusão e exclusão	14
3.5 Aspectos éticos	14
3.6 Análise dos dados	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4.1 Mortalidade geral e por diferentes causas	16
4.2 Óbitos por grupo etário	19
4.3 Óbitos por gênero	21
4.4 Óbitos por escolaridade	22
4.5 Óbitos por etnia	24
4.6 Óbitos por estado civil	25
5 CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXO I	30
ANEXO II	33
ANEXO III	34

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

Título: MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NO BIÊNIO (2017 – 2018)

Autores: Carlos Alberto de Sousa Nogueira, Fernando Barbosa Brandão

Status: Publicado

Revista: Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento

ISSN: 2448-0959

Fator de Impacto: Qualis B3

DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/mortalidade-de-adultos](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/mortalidade-de-adultos)

RESUMO

A mortalidade por causas externas têm-se destacado nos dias atuais devido ao número de casos registrados e suas consequências na sociedade. No caso do Brasil, os adultos jovens de 20 a 39 anos, do sexo masculino, são o grupo mais atingido por essas causas. Estudos locais que procurem abordar as consequências das causas externas de óbitos na população juvenil masculina, podem contribuir sobremaneira para ações no sentido de reduzir os elevados números atuais. O objetivo do presente estudo foi identificar os diferenciais da mortalidade de adultos jovens, por causas externas, no município de Imperatriz - MA, no biênio (2017 e 2018). O trabalho consistiu de um estudo documental retrospectivo, descritivo, com abordagem quantitativa, realizado no município de Imperatriz - MA, utilizando a base de dados do Instituto Médico Legal (IML). A amostragem consistiu das ocorrências que deram entrada na referida instituição nos anos de 2017 e 2018, por meio da avaliação dos laudos cadavéricos e declarações de óbito. As variáveis utilizadas foram a causa do óbito, idade, gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil. As estimativas populacionais foram obtidas a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As taxas de mortalidade (TM) foram calculadas por 100.000 habitantes de acordo com a causa específica. Pelo presente trabalho foi possível concluir que a taxa de mortalidade no município foi elevada, superior à média brasileira nos dois anos estudados, sendo as principais causas externas, os projéteis de arma de fogo, seguidos pelos acidentes de trânsito e agressão por instrumento perfurocortante. As principais vítimas de causas externas foram adultos jovens, do sexo masculino com baixo grau de escolaridade, pardos e solteiros.

Palavras-chave: causas externas; taxa de mortalidade; adultos jovens.

ABSTRACT

Mortality from external causes has been highlighted today due to the number of registered cases and their consequences in society. In the case of Brazil, young adults aged 20 to 39 years, male, are the group most affected by these causes. Local studies that seek to address the consequences of external causes of death in the male juvenile population can greatly contribute to actions to reduce the current high numbers. The aim of this study was to identify the differences in mortality of young adults, due to external causes, in the municipality of Imperatriz – MA, in the biennium (2017 and 2018). The work consisted of a retrospective, descriptive documentary study, with quantitative approach, carried out in the municipality of Imperatriz – MA, using the database of the Legal Medical Institute (IML). The sampling consisted of the occurrences that entered the institution in the years 2017 and 2018, through the evaluation of cadaveric reports and death certificates. The variables used were the cause of death, age, gender, educational level, ethnicity and marital status. Population estimates were obtained from census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Mortality rates (TM) were calculated per 100,000 inhabitants according to the specific cause. The present study was able to conclude that the mortality rate in the municipality was high, higher than the Brazilian average in the two years studied, being the main external causes, firearm projectiles, followed by traffic accidents and aggression by sharp-cutting instrument. The main victims of external causes were young adults, male with low educational level, brown and single. masculino com baixo grau de escolaridade, pardos e solteiros.

Key-words: external causes, mortality rate, young adults.

1 INTRODUÇÃO

A mortalidade por causas externas tem-se destacado nos dias atuais devido ao número de casos registrados e suas consequências na sociedade. Desse modo, tornou-se um problema de saúde pública, por atingir a maioria da população jovem em idade produtiva, com consequências graves que envolvem altos custos sociais, emocionais e econômicos para o tratamento e reabilitação, além de trazer danos incalculáveis para a vítima e as famílias (SOUSA *et al.*, 2016).

As causas externas podem ser definidas como lesões, traumatismo ou quaisquer outros danos à saúde, intencionais ou não, de início súbito e como consequência imediata de violência ou outra causa exógena, incluindo as lesões provocadas no trânsito e transporte, homicídios, agressões, suicídios, quedas, afogamentos, envenenamentos, queimaduras, lesões por deslizamento ou enchente, e outras ocorrências provocadas por desastres ambientais, sejam elas mecânica, química, térmica, energia elétrica e/ou radiação (OLIVEIRA *et al.*, 2019; SETTERVALL *et al.*, 2012).

Os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) demonstram que acidentes e violência são as causas de mais de 5 milhões de mortes anuais, representando aproximadamente 9% da mortalidade global. A estimativa é que 16% dessas mortes resultem de suicídios, 10%, de homicídios, 24%, de acidentes de trânsito, 14%, de quedas, com o restante distribuído entre outras causas (CORASSA *et al.*, 2017). Para cada morte, estimam-se dezenas de hospitalizações, centenas de visitas a unidades de pronto atendimento e milhares de consultas médicas (COSTA *et al.*, 2013).

Os óbitos por causas externas no Brasil, desde a década 1980, correspondem a segunda causa de morte, superados somente pelas doenças do aparelho circulatório (GONSAGA *et al.*, 2012; TREVISOL *et al.*, 2011).

A violência e os acidentes que são um grupo significativo de causas externas, são constituídas pelos acidentes de trânsito, homicídios, suicídios, intoxicações, acidentes de trabalho, queimaduras, quedas, afogamentos, constituem importantes fatores de morbidade e mortalidade de adultos jovens (SILVA *et al.*, 2010).

No Brasil, os homicídios não estão mais concentrados somente nas grandes cidades, difundindo-se de forma mais generalizada nas últimas décadas, afetando também as cidades de médio porte do interior (COSTA, *et al.*, 2014).

O crescimento da mortalidade por causas externas no Brasil ocorreu, principalmente, a partir da década de 1980, passando do quarto para o segundo lugar no ordenamento dos grupos de causas de óbitos, entre o início e o final daquela década (TRISTÃO *et al.*, 2012).

As causas externas não afetam a população de maneira uniforme. Diversos estudos demonstraram que existem grupos populacionais mais predispostos, o que pode ser percebido pela distribuição desigual das mortes por causas externas (LIMA *et al.*, 2013).

Em relação às causas associadas às mortes violentas ainda não existe consenso. Fatores biológicos e multicausais estão envolvidos: fatores socioeconômicos; a constituição familiar; o ambiente doméstico; a idade e as características de personalidade; o sexo da vítima; a etnia da vítima; o uso de bebidas alcoólicas e de substâncias químicas (AMADOR *et al.*, 2018).

No caso do Brasil, os adultos jovens de 20 a 39 anos, do sexo masculino, são o grupo mais atingido pelas causas externas, e estas são consideradas como as maiores responsáveis pelos anos potenciais perdidos. Na maioria das vezes as ocorrências são fatais, como consequência, a mortalidade masculina é cinco vezes maior que a feminina, na faixa etária de 20 a 25 anos (IBGE, 2009).

A partir da fase da adolescência o comportamento adotado pela maioria dos jovens, torna-os mais expostos e vulneráveis aos riscos de serem vítimas de violência (CAVALCANTE; MONTEIRO, 2008). A violência está entre as principais causas de mortalidade no país (WASELFISZ, 2013).

O conhecimento sobre os óbitos por causas externas fornece subsídios para a implementação de ações de prevenção e elaboração de estratégias de enfrentamento abrangentes. Por esse motivo, é importante mencionar que o Brasil apresenta ampla extensão territorial e uma grande diversidade cultural, demográfica e socioeconômica, o que justifica a necessidade de identificação dos contrastes regionais que afetam na vida e saúde da população, subsidiando o planejamento e a tomada de decisão sobre ações direcionadas aos grupos de maior risco (PREIS *et al.*, 2018).

O elevado número de óbitos e sequelas/incapacidades, ocasionadas pelas causas externas, constituem importante demanda para que políticas públicas de segurança e saúde sejam elaboradas, implementadas e seguidas no Brasil (BATISTA *et al.*, 2018).

O Ministério da Saúde lançou, em 2001, a Política Nacional de Redução de Morbimortalidade de Acidentes e Violências (PNRMAV), aprovada pela portaria nº 737/GM em 16 de maio de 2001, onde destaca a importância e o papel do setor saúde no enfrentamento dos acidentes e violência no país, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações articuladas e sistematizadas, em conformidade com as diretrizes da PNRMAV (MATOS; MARTIGNS, 2013).

Estudo realizado no estado do Maranhão, no período de 2001 a 2010, demonstrou aumento dos óbitos em todas as faixas etárias, com destaque para faixa entre 20-35 anos, que variou de 6,1% em 2001 para 15,6% em 2010 (LIMA *et al.*, 2013). No entanto, o estado ainda carece de estudos mais detalhados sobre as causas externas de óbitos.

Os estudos realizados no estado apresentam caráter mais geral, não havendo avaliações mais precisas da realidade nos seus municípios. Por esse motivo, o presente trabalho tem por objetivo identificar os diferenciais da mortalidade de adultos jovens, por causas externas, no município de Imperatriz - MA, no biênio (2017 e 2018).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os diferenciais da mortalidade de adultos jovens, por causas externas, no município de Imperatriz - MA, no biênio (2017 e 2018).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Determinar as taxas de mortalidade geral e por grupo de causa externa e fazer a comparação dos grupos entre si.
- Classificar o quantitativo total de vítimas em grupos, de acordo com a causa de óbito, identificada pela avaliação de legista.

- Identificar, quantificar e classificar, por grupo etário, as principais causas externas de óbitos, no período avaliado.

- Comparar as vítimas das causas externas de óbitos, do grupo dos adultos jovens, em relação ao gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no município de Imperatriz, localizado no sudoeste do Estado do Maranhão, na microrregião de Imperatriz. Concentra a segunda maior população do estado, totalizando 258.016 habitantes dos quais 48,16% são do sexo masculino e 52,84% do sexo feminino, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2018 (IBGE, 2018) e área de 1.367,901 km², dos quais 15,480 km² correspondem à zona urbana.

A cidade se estende pela margem direita do rio Tocantins e é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília (BR-010). É o maior entroncamento comercial, energético e econômico do Maranhão e possui um posicionamento geográfico estratégico não só ao estado, mas também para todo o norte do país.

A maior parte da mão-de-obra ativa do município é absorvida pelo setor terciário (comércio de mercadorias e prestação de serviços). A construção civil também desempenha papel muito importante na economia local. Mais recentemente, a atividade industrial ganhou expressão com a instalação de indústria de grande porte, atraindo outras empresas associadas e este empreendimento.

3.2 TIPO DE ESTUDO

O trabalho consistiu de um estudo documental retrospectivo, descritivo, com abordagem quantitativa, realizado no município de Imperatriz - MA, utilizando a base de dados do Instituto Médico Legal (IML), local para onde são encaminhadas as vítimas de mortes por causas externas para realização de procedimentos Legais e necropsia.

3.3 AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

A amostragem foi composta pelas ocorrências que deram entrada no Instituto Médico Legal (IML) de Imperatriz, no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2018, por meio da avaliação dos laudos cadavéricos e declarações de óbito. Os dados utilizados foram a causa do óbito, idade, gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil.

As causas externas foram classificadas de acordo com o Capítulo XX da 10ª Classificação Internacional de Doenças – CID10: os acidentes estão contidos nos capítulos V01-Y98 em que os acidentes de transporte estão nas categorias V01- V99 e outras causas externas de lesões acidentais W00-X59.

Consideraram-se homicídios as lesões provocadas intencionalmente, classificadas pela CID-10, como “Agressões” (X85 a Y09) e ainda as “Intervenções Legais” (Y35 a Y36): incluem agressões por arma de fogo (AAF) (X93-X95), agressões por instrumento perfurocortante (AIP) (X99) e outras violências. Em intervenções legais (Y35) são incluídos traumatismos infligidos pela polícia ou outros agentes da lei, incluindo militares em serviço, durante a prisão ou tentativa de prisão de transgressores da lei, ao reprimir tumultos, ao manter a ordem ou outra ação legal. Os suicídios/lesões autoprovocadas intencionalmente estão em X60-X84.

3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão do estudo foram: (1) laudos cadavéricos e declarações de óbito referentes às necropsias realizadas no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2018; (2) laudos cadavéricos e declarações de óbitos de indivíduos que residiam no município de Imperatriz – MA; (3) óbitos declarados como causas externas.

Os critérios de exclusão foram: (1) laudos cadavéricos e declarações de óbito anteriores a janeiro de 2017 e posteriores a dezembro de 2018; (2) laudos cadavéricos e declarações de óbitos de indivíduos que não residiam no município de Imperatriz – MA; (3) óbitos não-declarados como causas externas; (4) indivíduos não-identificados em declaração de óbito.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar da utilização de dados secundários obtidos de um banco de dados (IML) foi necessária a dispensa do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E

ESCLARECIDO para realização deste projeto, pois os pesquisadores tiveram acesso somente dados de necropsias.

Foram garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros;
- 2) Que não haverá riscos para o sujeito de pesquisa;
- 3) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa;
- 4) Retorno dos benefícios obtidos através deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

A pesquisa somente foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, para garantir a todos os envolvidos os referenciais básicos da bioética, isto é, autonomia, não maleficência, benevolência e justiça.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

As estimativas populacionais foram obtidas a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As taxas de mortalidade (TM), geral e pelas diferentes causas externas, foram calculadas por 100.000 habitantes conforme a fórmula:

$$TM = (\text{n}^\circ \text{ de óbitos por grupo de causa/população estimada}) \times 100.000$$

Os resultados obtidos com o uso da fórmula acima, foram utilizados para comparar a taxa geral de mortalidade com resultados de estudos em outros municípios e comparar, entre si, as principais causas externas de óbitos no município pesquisado.

Os dados de mortalidade por grupo de causa foram analisados por meio do programa Biostat. Para análise estatística desses dados, foram necessárias transformações no conjunto de dados. Primeiramente, para haver repetição, os dados tiveram que ser analisados com os dois anos de referência (2017 e 2018), representando blocos. Os tratamentos consistiram das causas de mortalidade (acidente de trânsito, agressão por arma de fogo...) (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados organizados para análise estatística.

ANO	CAUSAS									
	Ac. trânsito	Afogamento	Choque elétrico	AIP	AAF	Suicídio	Queimadura	Quedas	Agressão física	outros
2018	34	1	4	32	102	8	3	9	9	2
2017	56	7	10	18	73	14	1	13	5	2

Fonte: resultado da pesquisa.

Como os dados foram oriundos de contagem (variável discreta), foi necessário realizar uma transformação, usando para isso a relativização dos valores sobre o total anual, tornando a variável em contínua.

Com a homogeneização e transformação dos dados, foi calculada a análise de variância dos dados, utilizando um DBC (delineamento em blocos casualizados), com a finalidade de responder a seguinte hipótese:

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0 \quad \text{As médias não diferem entre si} \\ H_1 \quad \text{As médias diferem entre si} \end{array} \right.$$

Para comparação das diferentes médias das causas de mortalidade, foi aplicado o teste Tukey a 95%.

As variáveis grupo etário, gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil, foram subdivididas, individualmente, em classes e os dados transformados em porcentagem, para finalidade de comparação. Para a análise por gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil, utilizou-se somente dados do grupo classificado como adultos jovens, determinado na avaliação por grupo etário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 MORTALIDADE GERAL E POR DIFERENTES CAUSAS

A análise dos dados obtidos identificou que o número de óbitos por causas externas no município de Imperatriz – MA, foi de 199 e 204, respectivamente nos anos de 2017 e 2018.

As taxas de mortalidade por causas externas no município de Imperatriz – MA, nos anos de 2017 e 2018 foram, respectivamente, de 80,4 e 82,42 óbitos por 100 mil habitantes, demonstrando que apresentaram valores próximos nos dois anos estudados. Esses resultados indicam a relevância dessas causas de óbitos sobre a mortalidade geral da população estudada.

A taxa de mortalidade por causas externas no Brasil, em 2014, foi de 75,5 óbitos por 100 mil habitantes, variando de 26,4 óbitos por 100 mil mulheres a 125,5 óbitos por 100 mil homens (BRASIL, 2015). No Brasil, as causas externas representam a primeira posição na população de adultos jovens e ocupam a terceira posição entre a população acima de 50 anos (BRASIL, 2017).

No município de Diamantina – MG, uma avaliação sobre as causas externas de mortalidade identificou, no período de 2001 a 2012, um total de 233 óbitos por essas causas (7,6% do total), com um coeficiente de mortalidade médio anual de 44,3/100 mil habitantes (CORASSA *et al.*, 2017), valor bem abaixo do encontrado nos dois anos do presente estudo.

Os resultados obtidos no presente estudo comprovaram que a taxa de mortalidade por causas externas no município de Imperatriz – MA, nos dois anos avaliados, pode ser considerada elevada, por apresentar taxas superiores à média brasileira e de outras cidades onde estudos semelhantes foram realizados.

A avaliação das taxas de mortalidade pelas diferentes causas externas identificadas, demonstrou que as três principais foram, respectivamente: 1) agressão por arma de fogo; 2) acidente de trânsito e 3) agressão por instrumento perfurocortante (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxas de mortalidade pelas diferentes causas externas, no município de Imperatriz – MA, nos anos de 2017 e 2018.

CAUSAS	TM 2017	TM 2018
Agressão por arma de fogo	29,49	41,21
Acidente de trânsito	22,63	13,74
Agressão por instrumento perfurocortante	7,27	12,93
Suicídio	5,66	3,23
Quedas	5,25	3,64
Choque elétrico	4,04	1,62
Afogamento	2,83	0,40
Agressão física	2,02	3,64
Queimadura	0,40	1,21
Outros	0,81	0,81
TOTAL	80,40	82,42

Fonte: resultado da pesquisa.

Do ano de 2017 para 2018, a taxa de mortalidade por agressão por arma de fogo aumentou de 29,49 para 41,21. Por acidente de trânsito, reduziu de 22,63 para 13,74. Por agressão por instrumento perfurocortante aumentou de 7,27 para 12,93. Esses resultados são semelhantes aos obtidos em estudos anteriores realizados em outras cidades, os quais também identificaram o uso de armas de fogo e acidentes de trânsito como as duas principais causas externas de óbitos em suas populações.

No estado do Maranhão, no período de 2001 a 2010, observou-se que as agressões de diversos tipos (35,5%) seguidas por ocupante de veículo traumatizado (16,6%), foram as duas maiores causas externas de óbitos (LIMA *et al.*, 2013).

Na região nordeste, em média, 30% das mortes por causas externas foram ocasionadas por acidentes de transporte terrestre (BRASIL, 2015).

Os acidentes de trânsito provocam altos índices de mortalidade e morbidade, acarretando desta forma impactos sociais para os indivíduos, sua família e sociedade como um todo, associado ainda a altos custos para o sistema de saúde (GONSAGA *et al.*, 2012).

Com relação às causas externas de óbitos, por meio da análise de variância, ficou evidente que não existe diferença estatística do somatório de óbitos, entre os anos de 2017 e 2018 (aceita-se H_0) (Tabela 3). No entanto, foi verificada diferença altamente significativa entre as causas da mortalidade (rejeita-se H_0).

Tabela 3 - Análise de variância das causas externas de mortalidade nos anos de 2017 e 2018, no município de Imperatriz – MA.

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F crítico (95%)</i>
Linhas (anos)	-4,5E-13	1	-4,5E-13	-2,1E-14	5,117355
Colunas (causas)	3246,92	9	360,7689	16,63461	3,178893
Erro	195,1906	9	21,68785		
Total	3442,11	19			

Em que: SQ: soma de quadrados; gl: graus de liberdade; MQ: quadrado médio; F: valor calculado; F crítico: valor de F tabelado $p > 99\%$

Fonte: resultado da pesquisa.

Para comparação das porcentagens das causas externas de mortalidade, foi aplicado o teste Tukey a 95%. Os resultados do teste estão na tabela 4.

Tabela 4 – Comparação das porcentagens de mortalidade por causas externas pelo Teste Tukey a 95%.

Causa	Média (%)	
Agressão por arma de fogo	43,3	a*
Acidente de trânsito	22,4	a b
Agressão por instrumento perfurocortante	12,4	b
Suicídio	5,5	b
Quedas	5,5	b
Choque elétrico	3,5	b
Agressão física	3,5	b
Afogamento	2,0	b
Queimadura	1,0	b
Outros	1,0	b

*médias seguidas de mesma letra não diferem pelo teste Tukey a 95%

Fonte: resultado da pesquisa.

O teste Tukey a 95% demonstrou haver diferença estatisticamente significativa dos óbitos por projéteis de arma de fogo, quando comparados às demais causas, com exceção dos acidentes de trânsito, que foram a segunda maior causa externa de óbitos nos dois anos avaliados.

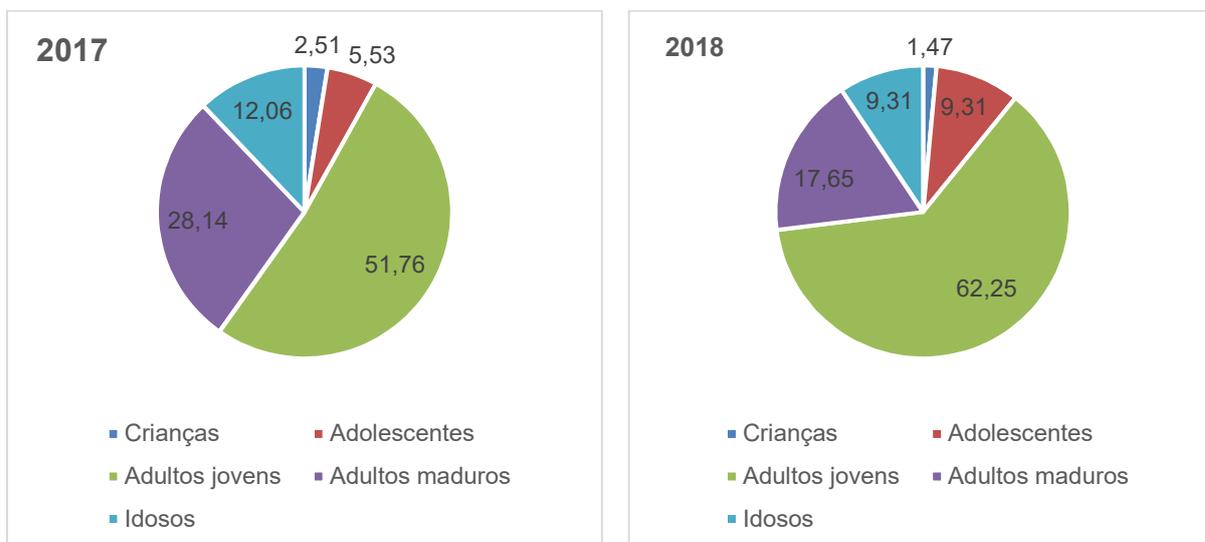
Os acidentes de trânsito e os homicídios ocasionados, principalmente, pelo uso de arma de fogo estão entre as principais causas de morte que contribuem para os altos índices de óbitos por causas externas (PALMEIRA *et al.*, 2009), o que demonstra que os resultados encontrados são compatíveis com os obtidos em estudos anteriores.

No Brasil, em média, 71% dos homicídios envolvem uso de armas de fogo, legais ou ilegais. Por serem altamente letais e normalmente de fácil acesso, quando associadas a uma sociedade violenta, potencializam o risco de que conflitos de ordem diversa terminem em mortes (AMADOR *et al.*, 2018).

4.2 ÓBITOS POR GRUPO ETÁRIO

O grupo dos adultos jovens foi o que apresentou maior mortalidade por causas externas nos dois anos avaliados, correspondendo a 51,76 e 62,25%, respectivamente para os anos de 2017 e 2018, evidenciando que no período avaliado, mais da metade dos óbitos por causas externas ocorreu com indivíduos nesse grupo etário (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2 - Percentuais de mortalidade por causas externas no município de Imperatriz - MA, segundo o grupo etário, nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: resultado da pesquisa.

No período de 2001 a 2011, a maioria dos óbitos por causas externas em Teresina – PI, ocorreu na faixa etária de 20 a 29 anos (64,8%) já na faixa etária de 30-39 anos a mortalidade por causas externas foi de 35,2 % (SOUSA *et al.*, 2016). Pesquisas apontam que a vulnerabilidade a causas externas das pessoas na faixa etária de 20 a 35 anos também está relacionada a determinados comportamentos de risco, como a busca de emoções, o prazer em experimentar situações de risco, a impulsividade e o abuso de substâncias psicoativas (SOUZA *et al.*, 2007).

No ano de 2015, no Brasil, os homicídios corresponderam a 47,8% do total de óbitos da população masculina, de 15 a 29 anos, trazendo implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social (AMADOR *et al.*, 2018).

Os resultados obtidos no presente trabalho são corroborados por outros estudos, como os anteriormente mencionados, que também indicaram alto percentual de mortalidade por causas externas entre adultos jovens. Esses resultados demonstram o impacto das causas externas para o grupo dos adultos jovens, repercutindo diretamente na dinâmica de toda a sociedade, por se tratarem de pessoas que estão iniciando ou já estão no auge da idade produtiva intelectual e laboral.

Os dois grupos etários que apresentaram maiores taxas de mortalidade (TM) por causas externas nos anos de 2017 e 2018 foram: 1) adultos jovens; 2) adultos maduros (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxas de mortalidade por causas externas, por grupo etário, no município de Imperatriz – MA, nos anos de 2017 e 2018.

GRUPO ETÁRIO	TM 2017	TM 2018
TM Crianças	2,02	1,21
TM Adolescentes	4,44	7,68
TM Adultos jovens	41,62	51,31
TM Adultos maduros	22,63	14,55
TM Idosos	9,70	7,68

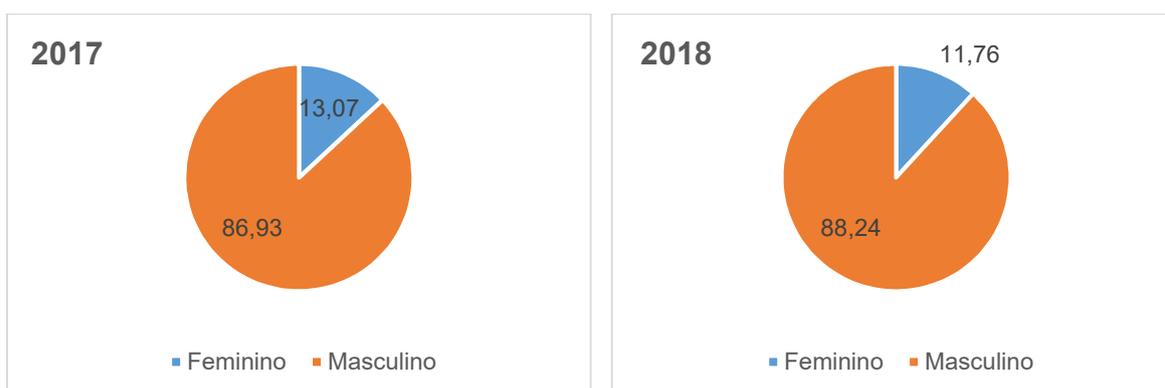
Fonte: resultado da pesquisa.

Nos dois anos avaliados, a soma das taxas desses dois grupos foi superior a 60% do total dos óbitos ocorridos, demonstrando que são os principais grupos vitimados por causas externas no município, no biênio estudado.

6.3 ÓBITOS POR GÊNERO

Nos dois anos avaliados, os indivíduos do sexo masculino representaram o maior número de óbitos por causas externas de adultos jovens, correspondendo a 86,93 e 88,24%, respectivamente para os anos de 2017 e 2018 (Figuras 3 e 4), demonstrando que as causas externas atingem com uma frequência amplamente maior os homens, de modo semelhante a outros estudos que avaliaram óbitos por causas externas por gênero.

Figuras 3 e 4 - Percentuais de mortalidade de adultos jovens, por causas externas, segundo o gênero, no município de Imperatriz – MA, nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: resultado da pesquisa.

Os altos índices de mortalidade masculina por causas externas na faixa etária de 15 a 39 anos, têm contribuído para o aumento do diferencial de anos perdidos em comparação com o sexo feminino (DANTAS, 2014).

No ano de 2013, no Brasil, as causas externas foram responsáveis por 151.683 óbitos registrados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), destes, a maior parte foram homens (82,2%) e pessoas com idade de 20 a 39 anos (43,8%). Em relação a raça/cor da pele, houve predomínio dos pardos (50,1%), seguidos dos brancos (37,3%) (BRASIL, 2015).

No ano de 2010, as causas externas foram a segunda causa de óbito entre os homens em 26 capitais brasileiras, sendo a cidade do Rio de Janeiro a única capital a registrar este grupo como a terceira causa de morte (DANTAS, 2014). A taxa média de mortalidade por violência no Brasil nos últimos 15 anos tem aumentado, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino, sendo que a razão entre os sexos é aproximadamente de 12:1 (AMADOR *et al.*, 2018).

No ano de 2012, na cidade de Itabuna – BA, o percentual de mortes por homicídio registrado entre os homens de 15 a 29 anos de idade foi 56 vezes maior que entre as mulheres, no mesmo grupo de idade (COSTA *et al.*, 2014).

Outros estudos comparando o número de óbitos por sexo, além dos citados anteriormente, encontraram resultados semelhantes ao presente trabalho, indicando que o sexo masculino é amplamente mais afetado pelas causas externas de mortalidade. A perda prematura desses homens tem repercussões negativas na dinâmica familiar, pois estes seriam componentes importantes para a própria sustentação econômica das famílias, geralmente de baixa renda, bem como nas relações familiares gerais, como a educação dos filhos e organização das tarefas domésticas, no caso dos indivíduos casados.

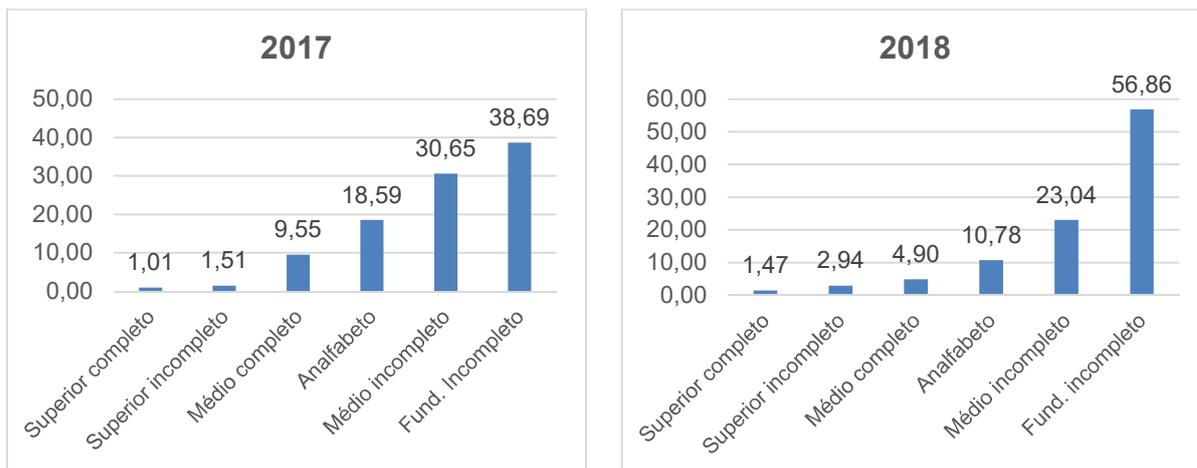
4.4 ÓBITOS POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Na avaliação do grau de escolaridade dos adultos jovens vitimados por causas externas, verificou-se que os grupos mais significativos possuíam nível fundamental incompleto e médio incompleto nos dois anos avaliados (Figuras 5 e 6).

Do ano de 2017 para 2018, o percentual de mortalidade no grupo com nível fundamental incompleto variou de 38,69 para 56,86%. Para o grupo com nível médio

incompleto, variou de 30,65 para 23,04%. Esses dois grupos somados foram englobaram mais de 65% dos óbitos por causas externas nos dois anos estudados.

Figuras 5 e 6 - Percentuais de mortalidade de adultos jovens, por causas externas, segundo a escolaridade, no município de Imperatriz - MA, nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: resultado da pesquisa.

Estudo realizado em 2006 na cidade de Cuiabá – MT, identificou que a grande maioria dos óbitos por causas externas envolveu indivíduos com escolaridade entre 4 a 7 anos seguidos de 1 a 3 anos (OLIVEIRA, 2006).

A avaliação das causas externas de mortalidade no município de Teresina – PI, no período de 2001 a 2011, verificou para a variável escolaridade, que a maioria permaneceu na escola entre 4 a 7 anos (35,82%) seguidos da escolaridade de 8 a 11 anos (22,63%) (SOUSA *et al.*, 2016). Estudo sobre a mortalidade por causas externas no estado do Maranhão, realizado no período de 2001 a 2010, identificou que o tempo de escolaridade mais frequente foi de 4 a 7 anos, seguido de 1 a 3 anos (LIMA *et al.*, 2013).

Os resultados encontrados no presente estudo são semelhantes aos de trabalhos anteriores, indicando que as pessoas com menor grau de escolaridade são as principais acometidas pelas causas externas de óbitos, reforçando que indivíduos com escolaridade mais baixa estão mais sujeitos a se envolverem em eventos violentos, que muitas vezes, têm como desfecho o óbito. Esses resultados demonstram a necessidade de iniciativas para manutenção de jovens na escola como estratégia para auxiliar na proteção desses indivíduos.

4.5 ÓBITOS POR ETNIA

O grupo étnico com maior número de adultos jovens vitimados por causas externas foi o dos pardos, com 77,89 e 75,98% dos casos, respectivamente nos anos de 2017 e 2018. O grupo dos negros apresentou 15,58% dos casos em 2017 e 14,22% em 2018. Esses dois grupos somados representaram mais de 90% dos casos de óbitos por causas externas nos dois anos estudados (Figuras 7 e 8).

Figuras 7 e 8 - Percentuais de mortalidade de adultos jovens, por causas externas, segundo a etnia, no município de Imperatriz - MA, nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: resultado da pesquisa.

Um estudo realizado no estado da Paraíba identificou que a raça parda representou 66% dos óbitos por causas externas no ano de 2000 e 84% no ano de 2010 (MELO; DIÓGENES, 2018).

A avaliação da mortalidade por causas externas no município de Campina Grande - PB, no ano de 2015, identificou que os indivíduos do sexo masculino com um percentual de 93,97% e da cor ou raça parda com um percentual de 73,5% são os principais acometidos por essas causas (COSTA, 2016). Os resultados de mortalidade por grupo étnico são semelhantes aos encontrados em estudo no município de Teresina – PI, no período de 2001 a 2011, que verificou em relação à raça, a prevalência da parda (70,67%) seguido da branca (12,82%) (SOUSA *et al.*, 2016).

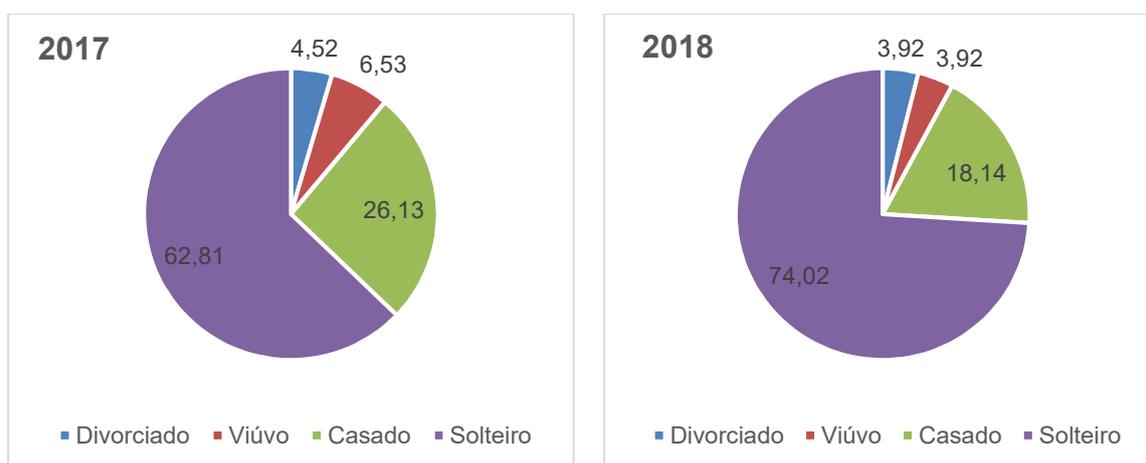
Estudo realizado na microrregião de São Mateus – ES, identificou que a mortalidade por causas externas em relação à cor da pele ou raça apresentou as maiores taxas para pardos e negros (TRISTÃO *et al.*, 2012).

Os resultados obtidos no presente estudo são compatíveis com trabalhos anteriores realizados em outros municípios, demonstrando que os grupos étnicos pardos/negros, comumente são os mais afetados por causas externas de óbitos, representando a ampla maioria dos casos. Mesmo na cidade de Imperatriz, onde as etnias pardas/negras representam a maioria da população, os percentuais de óbitos por causas externas em indivíduos dessas etnias, são superiores aos seus percentuais na população.

4.6 ÓBITOS POR ESTADO CIVIL

Nos dois anos avaliados, a maior parte dos adultos jovens vítimas de causas externas foram indivíduos solteiros, correspondendo a 62,81% em 2017 e 74,02% em 2018, demonstrando que as causas externas atingem com uma frequência amplamente maior as pessoas desse grupo. Em seguida os indivíduos casados com 26,13 e 18,14%, respectivamente em 2017 e 2018. Os demais grupos, individualmente ficaram abaixo de 10% nos dois anos avaliados (Figuras 9 e 10).

Figuras 9 e 10 - Percentuais de mortalidade de adultos jovens, por causas externas, segundo o estado civil, no município de Imperatriz - MA, nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: resultado da pesquisa.

Um estudo realizado na cidade de Teresina – PI, abrangendo o período de 2001 a 2011, identificou que em relação ao estado civil prevaleceu solteiro (71,74%), depois casado (21,89%) (SOUSA *et al.*, 2016), corroborando os resultados encontrados no presente estudo.

Na região Sul do Brasil, no período de 2004 a 2013, o estado civil das vítimas de causas externas foi de 57,81% de solteiros, 29,75% de casados, 7,08% de viúvos e 5,36% de separados judicialmente (PREIS, *et al.*, 2018).

Os resultados encontrados no presente estudo são corroborados por outros trabalhos, evidenciando que os indivíduos solteiros são os mais afetados pelas causas externas de mortalidade. Esses resultados têm relação direta com a idade dos envolvidos, tendo em vista que a ampla maioria corresponde aos adultos jovens, conforme resultados de outros estudos, além dos obtidos no presente trabalho.

5 CONCLUSÕES

- As três principais causas externas de óbitos, nos anos de 2017 e 2018, foram respectivamente: 1) agressão por arma de fogo; 2) acidente de trânsito e 3) agressão por instrumento perfurocortante.
- Com relação à idade, o grupo dos adultos jovens foi o que apresentou maior mortalidade por causas externas, representando mais da metade de todos os óbitos por essas causas, nos dois anos avaliados.
- Com relação ao gênero, nos dois anos avaliados, os indivíduos do sexo masculino representaram a ampla maioria dos óbitos por causas externas.
- Na avaliação da escolaridade, verificou-se que as maiores taxas de óbito por causas externas ocorreram com pessoas que possuíam nível fundamental incompleto, seguidas daquelas com médio incompleto nos dois anos avaliados.
- Na avaliação da etnia, verificou-se que os indivíduos pardos e negros somados, representaram a maioria dos casos de óbitos por causas externas nos dois anos estudados.
- Na avaliação do estado civil, verificou-se que nos dois anos avaliados, a maior parte das vítimas de causas externas foram indivíduos solteiros.
- As principais vítimas de causas externas foram adultos jovens, do sexo masculino com baixo grau de escolaridade, pardos e solteiros.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Ana Edimilda. MARQUES, Marilane Vilela. SOUZA, Marta Rovey de. SOUZA, Dyego Leandro Bezerra de. BARBOSA, Ribeiro Barbosa. **Mortalidade de jovens por violência no Brasil: desigualdade espacial e socioeconômica**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza: 31(3): 1-9, jul./set., 2018.

BATISTA, Josemar. BARRETO, Mayckel da Silva. MERINO, Maria de Fatima Garcia Lopes. FRACASSO, Nathalia Vasconcelos. BALDISSERA, Vanessa Denardi Antoniassi. **Perfil Epidemiológico da Mortalidade por Causas Externas Entre Beneficiários de Planos de Saúde no Brasil**. Revista de Enfermagem do Centro-oeste Mineiro. São João del-Rei: 2018;8:e1870. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v7i0.1870>. Acesso em: 12/02/2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acidentes e Violências**. Brasília: 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias>. Acesso em 18/02/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 462 p.: il.

CAVALCANTI, Alessandro Leite. MONTEIRO, Bárbara Vanessa. **Mortalidade por causas externas em adultos no município de Campina Grande, Paraíba, Brasil**. Scientia Médica, Porto Alegre: v. 18, n. 4, p. 160-165, out./dez. 2008.

CORASSA, Rafael Bello. FALCI, Denise Mourão. GONTIJO, Cristina Franco. MACHADO, Geralda Vanessa Campos. ALVES, Paula Aryane Brito. **Evolução da mortalidade por causas externas em Diamantina (MG), 2001 a 2012**. Caderno Saúde Coletiva, Rio de Janeiro: 25 (3): 302-314, 2017.

COSTA, Andréa Ramalho. **Estudo da mortalidade por causas externas no município de Campina Grande**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande: 2016. 37f. il.

COSTA, Flávia Azevedo de Mattos Moura. TRINDADE; Ruth França Cizino da. SANTOS, Claudia Benedita dos. **Mortes por homicídios: série histórica**. Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. nov.-dez. 2014; 22(6): 1017-1025. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.3603.2511> >. Acesso em 11/02/2020.

COSTA, Juvenal Soares Dias da. GIRALDI, Michel Cerioli. CARRET, Maria Laura Vidal. FERREIRA, Ana Maria Teixeira Borges. STRAUCH, Eliane Schneider. MORAES, Maurício. **Evolução da mortalidade por causas externas no município de Pelotas e no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1996-2009**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília: v.22 n.2 jun. 2013.

DANTAS, Thiago de Medeiros. **Mortalidade segundo sua causa de morte e seus determinantes: uma análise para as capitais brasileiras e municípios do nordeste do Brasil, 2000 e 2010**. Natal: 2014. 80 f.: il.

GONSAGA, Ricardo Alessandro Teixeira. RIMOLI, Caroline Fernandes. PIRES, Eduardo Araújo. ZOGHEIB, Fernando Scaramucci. FUJINO, Marcos Vinicius Tadao. CUNHA, Milena Bolini. **Evaluation of the mortality due to external causes**. Rev. Col. Bras. Cir. Rio de Janeiro: vol.39 no.4 July/Aug. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa de população, 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/estimativa_TCU_2018_20181108.pdf >. Acesso em 11/11/2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LIMA, Rômulo Henrique da Silva. AMORIM, Rayane Trindade. MARTINS, Vicenilma de Andrade. RODRIGUES, Livia dos Santos. BATISTA, Rosângela Fernandes Lucena. **Mortalidade por causas externas no estado do Maranhão, Brasil: tendências de 2001 a 2010**. Revista Pesquisa Saúde, São Luiz: 14(2): 96-100, maio-ago, 2013.

MATOS, Karla Fonseca de. MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. **Mortalidade por causas externas em crianças, adolescentes e jovens: uma revisão bibliográfica**. Espaço. saúde (Online). Londrina: v. 14, n. 1 e 2, p. 82-93, 2013.

MELO, Kallyne de Oliveira Cabral. DIÓGENES, Victor Hugo Dias. **Mortalidade por causas externas e seus diferenciais: uma análise para as mesorregiões do estado da Paraíba, 1980 a 2010**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. São Paulo: ano 03, ed. 11, vol. 03, pp. 118-136 nov. 2018.

OLIVEIRA, Juliana da Silva. CONSTÂNCIO, Tatiane Oliveira de Souza. SANTOS, Isleide Santana Cardoso. NERY, Adriana Alves. **Óbitos por causas externas relacionadas ao trabalho**. Rev. enferm. UFPE online. 2019;13: e237870 Disponível em: < <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.237870> > Acesso em: 11/02/2020.

OLIVEIRA, Ligia Regina de. **Subsídios para a implantação de um sistema de vigilância de causas externas no município de Cuiabá - Mato Grosso**. [Tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Saúde Pública; 2006. 299 p.

PALMEIRA, Cátia. FELIX, Jogasil da Silva. GUIMARÃES, Marivalda da Silva. ARÁUJO, Robson Silva. **Morte por causas externas em adolescentes na cidade de Salvador**. 61º Congresso Brasileiro de Enfermagem, 2009. Disponível em: < http://www.abeneventos.com.br/anais_61cben/files/02408.pdf >.. Acesso em: 10/02/2020.

PREIS, Lucas Corrêa. LESSA, Greice. TOURINHO, Francis Solange Vieira SANTOS, José Luís Guedes dos. **Epidemiologia da mortalidade por causas externas no período de 2004 a 2013**. Revista enfermagem UFPE on line., Recife: 12(3):716-28, mar., 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i3a230886p716-728-2018> >. Acesso em: 03/11/2019.

REICHENHEIM, Michael Eduardo. SOUZA, Edinilsa Ramos de. MORAES, Claudia Leite. JORGE, Maria Helena Prado de Mello. SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. MINAYO, Maria Cecília de Souza **Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros**. The Lancet, London: p. 75-89, 2011. Disponível em: < <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf> > Acesso em: 10/02/2020.

SETTERVALL, Cristina Helena Costanti. DOMINGUES, Cristiane de Alencar. SOUSA, Regina Marcia Cardoso de. NOGUEIRA, Lilia de Souza. **Mortes evitáveis em vítimas com traumatismos**. Rev. Saúde Pública [online]. vol.46, n.2, pp.367-375, 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000010> > Acesso em: 10/02/2020.

SILVA, Marta Angélica Iossi. PAN, Raquel. MELO, Ludimila. BORTOLI, Paula Saud de. NASCIMENTO, Lucila Castanheira. **Perfil dos atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de causas externas de morbimortalidade, 2000-2006**. Rev. Gaúcha Enferm. (online) vol.31 no.2 Porto Alegre: jun. 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000200021> > Acesso em: 08/02/2020

SOUSA, Andressa Suelly Batista de. SILVA, Samanta Calisto da. CAVALCANTE, Milena France Alves. **Mortalidade por causas externas em adultos jovens em Teresina-PI no período de 2001-2011**. Revista Interdisciplinar. Teresina: v. 9, n. 1, p. 57-65, jan. fev. mar. 2016.

SOUZA, Maria de Fátima Marinho de. MALTA, Deborah Carvalho. CONCEIÇÃO, Gleice Margarete de Souza. SILVA, Marta Maria Alves da. GAZAL-CARVALHO, Cynthia. MORAIS NETO, Otaliba Libânio de. **Análise descritiva e tendência de acidentes de transporte terrestre para políticas sociais no Brasil**. Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília: 2007; 16(1). 33-44.

TREVISOL, Fabiana Schuelter. CUSTÓDIO, Geisiane. LOCKS, Luiz Henrique. TREVISOL, Daisson José. **Avaliação das mortes por causas externas na cidade de Tubarão (SC) no ano de 2009**. Rev. AMRIGS. Porto Alegre: 55(1): 25-30, jan.-abr. 2011. tab. ilustr.

TRISTÃO, Kamila Medani. LEITE, Franciéle Marabotti Costa. SCHMILDT, Edilson Romais. LEITE, Esmeraldo Costa. CASTRO, Denise Silveira de. VILELA, Ana Paula Martins. **Mortalidade por causas externas na microrregião de São Mateus, estado do Espírito Santo, Brasil: tendências de 1999 a 2008**. Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília: v.21 n.2 jun. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Mortes por armas de fogo**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos. Brasília: Instituto Sagary; 2013.

ANEXO I – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NOS ANOS DE 2017 E 2018

Pesquisador: Fernando Barbosa Brandão

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08324919.2.0000.5087

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.730.055

Apresentação do Projeto:

A mortalidade por causas externas têm-se destacado nos dias atuais devido ao número de casos registrados e suas consequências na sociedade. Os dados de mortalidade global demonstram que indivíduos jovens, na faixa etária de 15 e 29 anos, são os mais afetados. No caso do Brasil, os adultos jovens de 20 a 39 anos, do sexo masculino, são o grupo mais atingido pelas causas externas. Estudos locais que procurem abordar as consequências das causas externas de óbitos na população juvenil masculina, podem contribuir sobremaneira para ações no sentido de reduzir os elevados números atuais. O objetivo do presente estudo foi analisar os dados de mortalidade de adultos jovens por causas externas no município de Imperatriz - MA, nos anos de 2017 e 2018. O trabalho consistirá de um estudo documental retrospectivo, descritivo, com abordagem quantitativa, realizado no município de Imperatriz - MA, utilizando a base de dados do Instituto Médico Legal (IML). A amostragem consistirá das ocorrências que deram entrada na referida Instituição nos anos de 2017 e 2018, por meio da avaliação dos laudos cadavéricos e declarações de óbito. Os dados utilizados serão a causa do óbito, idade, gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil. As estimativas populacionais serão obtidas a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As taxas de mortalidade serão calculadas por 100.000 habitantes sendo divididas por faixa etária e causa específica. O presente trabalho pode ser relevante para dar visibilidade ao problema, por caracterizar de forma precisa, o impacto que as causas externas têm na mortalidade do grupo estudado. A identificação das causas externas como

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 3.730.055

um verdadeiro fenômeno social, que priva muitas famílias de homens jovens, no início ou no auge da idade produtiva poderá orientar políticas públicas direcionadas para a redução dessa realidade, o que repercutirá no aumento da expectativa de vida do grupo como um todo e no aumento de uma parcela produtiva importante para toda a sociedade, minimizando também os danos emocionais para as famílias afetadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os dados de mortalidade de adultos jovens por causas externas no município de Imperatriz - MA, nos anos de 2017 e 2018.

Objetivo Secundário:

- Identificar e quantificar o número de vítimas de causas externas de morte no período avaliado.
- Relacionar as causas externas com a idade, gênero, grau de escolaridade, etnia e estado civil.
- Classificar o quantitativo total de vítimas em grupos, de acordo com a causa de óbito identificada pela avaliação de legista.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não foram identificados riscos por se tratar de estudo documental, sem envolver diretamente os avaliados.

Benefícios:

O presente trabalho pode ser relevante para dar visibilidade a mortalidade por causas externas no município de Imperatriz - MA, por caracterizar de forma precisa, o impacto que essas causas têm na mortalidade do grupo estudado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem elaborada e com todos os elementos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram acatadas e corrigidas e estão de acordo com a resolução 466/12 do

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
 Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética CEP: 65.080-040
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-8708 Fax: (98)3272-8708 E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 3.730.065

CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1291428.pdf	21/11/2019 18:38:17		Acelto
Outros	Respostaparecerpendente.pdf	03/11/2019 22:53:09	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	03/11/2019 22:50:41	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetotccarlosnogueira.pdf	06/02/2019 22:19:46	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
Outros	autorizacao.pdf	06/02/2019 22:17:39	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
Outros	termofeidepositario.pdf	06/02/2019 22:02:10	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimento.docx	06/02/2019 22:00:58	Fernando Barbosa Brandão	Acelto
Brochura Pesquisa	projetotccarlosnogueira.docx	06/02/2019 21:49:06	Fernando Barbosa Brandão	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 27 de Novembro de 2019

 Assinado por:
FRANCISCO NAVARRO
 (Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
 Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética CEP: 65.080-040
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-8708 Fax: (98)3272-8708 E-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO II – TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.
 COORDENAÇÃO DE MEDICINA

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

Eu, Ana Paula da Reis M Miranda
 CPF: 436.123.773-53 Endereço: Rua José Barbosa, 1292
 Carga: Médica Legista

_____, fiel depositário da base de dados da instituição INSTITUTO MÉDICO LEGAL situada em IMPERATRIZ-MA, declaro que os pesquisadores **FERNANDO BARBOSA BRANDÃO** e **CARLOS ALBERTO DE SOUSA NOGUEIRA** estão autorizados a realizar nesta instituição o projeto de pesquisa "**MORTALIDADE DE ADULTOS JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA, NOS ANOS DE 2017 E 2018**", cujo objetivo geral é "**ANALISAR OS DADOS DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA, NOS ANOS DE 2017 E 2018**".

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros;
- 2) Que não haverá riscos para o sujeito de pesquisa;
- 3) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa;
- 4) Retorno dos benefícios obtidos através deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Informo-lhe ainda, que a pesquisa somente será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, para garantir a todos os envolvidos os referenciais básicos da bioética, isto é, autonomia, não maleficência, benevolência e justiça.

Imperatriz, 14 de dezembro de 2018

(ASSINATURA E CARIMBO)

"A Universidade que cresce com

ANEXO III – NORMAS DA REVISTA

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A Revista Científica Multidisciplinar é o primeiro Mega Journal da América Latina, e se dedica a publicação de materiais científicos de todas as áreas de conhecimento, produzindo edições multidisciplinares e transdisciplinares.

Sua edição se dá por fluxo contínuo, sendo mensalmente fechada uma edição. Suas publicações são realizadas em 7 idiomas, e sua veiculação mundial para 180 países.

São aceitos:

- Artigos Originais;
- Artigos de Revisão;
- Ensaio Teórico;
- Revisão Integrativa;
- Estado da Arte;
- Revisão Bibliométrica;
- Resenha,
- Resumos;
- Entrevistas;
- Comunicações;
- Dissertações;
- Teses.

Os artigos (materiais enviados) devem ser inéditos e originais, e não podem estar sob avaliação em outro periódico. Os artigos devem ser encaminhados por fluxo contínuo à Revista (chamada aberta e permanente) através do sistema que se encontra na própria revista através do site. www.nucleodoconhecimento.com.br área de submissão de artigo.

Os artigos devem vir acompanhados de uma folha de rosto contendo:

- o título do trabalho;
- o nome do(s) autor(es);
- titulação;
- cargo;
- Instituição de Ensino Superior a que o autor seja vinculado;
- unidade da respectiva instituição;
- departamento; áreas de interesse;
- endereço para correspondência;
- e-mail;
- telefone;
- tipo de publicação.
- Solicita-se que o autor informe à Revista qualquer financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não, e que declare não haver conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

A Revista não tem por política a publicação de artigos não originais ou sem ineditismo, excetuando-se apenas os trabalhos em desenvolvimento (work in progress), já apresentados e discutidos em congressos científicos, mas cujo conteúdo apresente um grau de maturação superior ao que foi apresentado por ocasião dos congressos, e que não tenham sido publicados em nenhuma plataforma online.

A avaliação do ineditismo de trabalhos em desenvolvimento é realizada na primeira etapa da avaliação, pela equipe editorial da Revista.

Não serão aceitas traduções de pesquisas estrangeiras já publicadas em outros idiomas. A Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento trata-se de uma Revista Científica Internacional, portanto, artigos publicados em outros periódicos, mesmo traduzidos serão considerados plágio.

Em se tratando de pesquisa empírica envolvendo seres humanos, necessário se faz o atendimento das diretrizes dispostas nas **Resoluções 196/96 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde** e suas complementares, bem como a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa – CEP regularmente instituído.

Qualquer alteração após material aprovado pelos pares é proibida. Caso haja alguma alteração antes da publicação online, o processo deverá ser reiniciado, voltando o material para a primeira etapa, sem devolução das taxas.

Caso o material já tenha sido publicado no site, qualquer alteração é vedada, havendo a possibilidade apenas de inclusão de errata no fim do material mediante pagamento de taxa.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

1. Os textos devem ser digitados em fonte Times New Roman ou Arial, corpo 12, espaço 1,5 entrelinhas, folha tamanho A4 (210mm x 297mm), com margem esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm.
2. Os textos não devem apresentar espaços entre parágrafos, bem como, respeitar o espaço de 1,5 cm no início de cada parágrafo.
3. Os artigos deverão conter no mínimo 5 páginas formatadas de acordo com as normas da revista e no máximo 40 páginas.
4. **Título:** com no máximo 12 palavras, o título do artigo deve ser claro e objetivo, podendo ser completado por subtítulo (se houver), separado por dois pontos, em negrito, caixa alta e centralizado, no idioma do texto, sem abreviaturas.
5. **Autor(es):** os autores não deverão ser identificados em nenhuma parte do texto do artigo. Para garantir o anonimato e a imparcialidade na avaliação dos textos, a identificação deve ser realizada somente na folha de rosto (sistema double blind peer review). Cada material deve conter no máximo 7 autores. No entanto, número acima de autores podem eventualmente ser aceito desde que comprovada a participação de todos. Não serão inclusos ou retirados autores após a aprovação do material.
6. **Resumo:** o resumo de conteúdo indicativo do texto deverá ser apresentado no idioma do texto, não devendo ultrapassar 350 palavras, estruturado de forma sistemática, em parágrafo único, apresentando em seu contexto: objetivos, pergunta problema, metodologia e principais resultados. Não é necessário o Resumo em outros idiomas pois nossos artigos são traduzidos na íntegra.
7. **Palavras-chave:** o resumo deverá vir acompanhado de, no máximo, 5 palavras-chave no idioma do texto, expressões que representam o conteúdo do texto, inseridas logo abaixo do resumo, separadas por ponto e vírgula e finalizadas por ponto final.
8. **Ilustrações:** gráficos, tabelas, desenhos, mapas etc. devem ser numerados e titulados tão perto quanto possível do elemento a que se refere, indicando sua fonte. Todas as tabelas e figuras que apresentem textos devem ser enviadas em Português no corpo do texto. Caso o (s) autor (es) optem pela tradução devem encaminhar as tabelas e figuras em inglês.
9. **Numeração das seções:** as seções do artigo deverão estar estruturadas em introdução, as seções do desenvolvimento, considerações finais e referências. Para a numeração

progressiva das seções, o autor deverá observar a NBR 6024:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

10. **Citações:** As citações devem vir no formato autor (data) quando no texto, ou (AUTOR, DATA), quando no final dos textos. As citações diretas acima de 3 linhas devem vir em recuo de 5 cm, letra 11, espaço simples e apontamento da página em que a citação foi retirada, sem aspas.
11. As **citações longas** (mais de três linhas) devem apresentar recuo de 5 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado (fonte 11) e sem aspas.
12. As **citações indiretas** devem vir sem aspas. As citações de citações podem utilizar a expressão apud e a obra original a que o autor consultado está se referindo deve ser citada. Para outras informações acerca do uso de citações, o autor deverá consultar a ABNT (NBR 10520:2002). As citações indiretas não devem ser iguais a ideia do autor original da fonte, caso contrário, será considerado plágio.
13. **Referências:** as referências consistem na indicação das fontes bibliográficas utilizadas pelo autor, expressamente mencionadas no texto. Deverão ser apresentadas observando-se rigorosamente a ordem alfabética. As referências bibliográficas deverão ser elaboradas conforme as disposições da NBR 6023:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), somente com elementos essenciais. Pedimos que sejam colocados os nomes completos dos autores, sem abreviações para facilitar a identificação da obra.
14. **Título da obra** em negrito (seguido de ponto); edição (seguido de ponto); local (seguido por dois pontos); editora (seguido de vírgula); ano da publicação (seguido de ponto); se for o caso indicar o volume ou tomo e finalmente a página da fonte. Todas as citações devem ter a identificação completa no fim do material, no tópico intitulado “Referências”.
15. **Modelo de referência bibliográfica de livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título em negrito, edição. Local: editora, data da publicação, páginas, volume (nome, número de série), outros elementos que permitam identificar o documento (opcionais).
16. **Modelo de referência bibliográfica de livro disponível on-line:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título em negrito, edição. Local: Editora, data da publicação, páginas, volume (nome, número de série), outros elementos que permitam identificar o documento (opcionais). Disponível em: (sítio). Acesso em: DD/MM/AAAA.
17. **Modelo de referência bibliográfica de artigo publicado em periódico:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título do artigo. Título do periódico em negrito, Local da Publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data de publicação.
18. **Modelo de referência bibliográfica de artigo publicado em periódico disponível on-line:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título do artigo. Título do periódico em negrito, Local da Publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data de publicação. Disponível em: (sítio). Acesso em DD/MM/AAAA.
19. O texto deve usar negrito apenas para título, subtítulos e nome dos livros (nas referências), o restante deve ser apresentado sem qualquer grifo, negrito ou itálico. Em itálico deverão vir apenas palavras em outros idiomas.

AValiação dos artigos

Os textos enviados à Revista serão submetidos a uma análise preliminar, realizada pelos editores da revista, e baseada nos seguintes critérios objetivos: ineditismo; adequação à linha editorial da Revista; número mínimo de cinco páginas por artigo; estrutura argumentativa organizada em introdução, desenvolvimento e conclusão; inclusão de lista final de referências bibliográficas; informações completas; atendimento das normas aqui estabelecidas, conferência da carta de ineditismo e da correção ortográfica.

Após a avaliação prevista no parágrafo anterior, os artigos selecionados serão encaminhados, sem identificação da autoria, a no mínimo dois pareceristas anônimos, preferencialmente, com afiliação em instituições de estados da federação distintos entre si e em relação ao artigo avaliado (com o escopo de se alcançar a máxima exogenia), para avaliação qualitativa da forma e do conteúdo do trabalho.

O parecer de análise para admissão do artigo à Revista terá como base os seguintes critérios:

- Pertinência com a linha editorial da Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento;
- Relevância do tema;
- Contribuição científica do trabalho;
- Apresentação formal;
- Estrutura e metodologia adequada à relação entre problema, objetivos e resultados.

Os **artigos aceitos** serão publicados nos próximos números da Revista, nos quais constarão a data de submissão do artigo e a data de aprovação.

A definição do número da revista no qual os artigos aceitos serão publicados observará a necessidade de distribuição equitativa entre trabalhos nacionais e internacionais, o equilíbrio entre as temáticas e o percentual de exogenia exigido pelas normas de qualificação da Revista.

Os artigos recusados por um parecerista só serão enviados a um terceiro avaliador se o segundo parecerista tiver recomendado nova análise com pequenas alterações ou tiver aprovado o texto sem restrições. Nos demais casos (recusa por ambos os pareceristas; recusa pelo primeiro parecerista, com recomendação para nova análise após extensa reformulação pelo segundo parecerista) o texto não será aceito para publicação na revista.

Após análise dos pareceristas, os trabalhos serão devolvidos aos autores na hipótese de um dos pareceristas ter recomendado o texto para nova análise com extensa reformulação, e desde que o segundo avaliador não tenha recusado o texto.

O artigo também será devolvido ao autor se ambos os pareceristas recomendarem nova análise com pequenas alterações. As observações dos pareceristas poderão ser acatadas ou justificadas pelo autor, para uma segunda avaliação e decisão do Corpo Editorial.

Os artigos já publicados ou pendentes de aprovação ou de publicação em outros meios de comunicação serão sumariamente rejeitados. Os autores não serão remunerados pela publicação dos artigos.

A publicação é online, e disponível de forma aberta e gratuita em HTML e PDF para que sejam baixados. Caso o autor necessite do certificado de publicação, número DOI ou tradução em 7 idiomas deve entrar em contato com o departamento responsável através do canal de atendimento.

As opiniões e conceitos emitidos pelos autores nos textos são de sua inteira responsabilidade.

Após aprovação do artigo, a Revista se reserva o direito de adequar os originais na ordem normativa, ortográfica e gramatical, com objetivo de manter o padrão culto da língua, respeitando o estilo dos autores.

Os artigos estrangeiros precederão os nacionais e estes ficarão em ordem alfabética. A Revista classificará as colaborações de acordo com as seções citadas.

CHECK LIST AUTOR

1. Incluir Informações em Folha de Rosto Separada;
2. Incluir nome de agências financiadoras e o número do processo;
3. Incluir tipo de material enviado;
4. Indicar se o artigo é baseado em tese/dissertação, colocando o título, o nome da instituição, ano de defesa e número de páginas;
5. Verificar se o texto, incluindo resumos, tabelas e referências, está reproduzido com letra Times New Roman ou Arial, corpo 12, espaço 1,5 entrelinhas, folha tamanho A4 (210 mm x 297 mm), com margem esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm;
6. Incluir as palavras-chave (máximo 5);
7. Incluir resumos com até 350 palavras ;
8. Verificar se as referências estão normalizadas segundo o estilo da ABNT;
9. Incluir permissão de editores para reprodução de figuras ou tabelas publicadas;
10. Declaração de Direito Autoral;
11. Incluir carta do revisor do material.

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS AUTORAIS

Na hipótese de aprovação e publicação do artigo submetido, os autores dos artigos/resenhas transferem totalmente os direitos autorais do artigo em favor da Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, sem nenhuma restrição.

É vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização do Editor-chefe da Revista seja solicitada.

Se obtida, imprescindível constar o competente agradecimento à revista. Os autores garantem ainda a originalidade e exclusividade do artigo, não infringem qualquer direito autoral ou outro direito de propriedade de terceiros e que não foi submetido à apreciação de outro periódico.

A simples submissão do artigo para avaliação já implica na plena concordância deste termo de transferência dos direitos autorais.

A Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento obedece aos termos da licença Creative Commons 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/deed.pt>), atribuição não comercial e sem derivações, em consonância com a legislação autoral brasileira, Lei 9.610/98.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Ao encaminhar um artigo/resenha ou demais tipos de materiais estipulados acima, para publicação, os autores declaram que:

- Participamos do trabalho de modo a nos responsabilizarmos pelo seu conteúdo;
- O conteúdo do trabalho é original, não foi publicado e não está sendo considerado para publicação em outra revista;
- Inexiste qualquer indício de contrafacção ou plágio;
- Se necessário, forneceremos ou cooperaremos na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o manuscrito está baseado, para exame dos Revisores;

- Contribuímos substancialmente para a concepção, planejamento ou análise e interpretação dos dados, na elaboração ou na revisão crítica do conteúdo e na versão final do artigo.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN (versão eletrônica): 2448-0959

Licença Creative Commons Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dos artigos submetidos ocorre em duas etapas, e passa por um sistema de revisão dupla (Triple blind review):

Primeira etapa: O material será analisado por um programa de verificação de plágio para comprovar a confiabilidade de ineditismo do material. MATERIAIS QUE CONTENHAM AUTOPLÁGIO também serão considerados não passíveis de aprovação. Caso o material seja reprovado nesta etapa, o(s) autor (es) receberão um e-mail do departamento responsável informando o percentual encontrado. Se desejado obter o relatório detalhado o (s) autor (es) deverá (ão) entrar em contato com o departamento de atendimento ao cliente.

Nota: Caso o trabalho apresente plágio nesta etapa, o(s) autor (es) poderá ajustar para novo reenvio. No entanto, caso seja identificado novamente plágio, o (s) autor (es) terão seu trabalho reprovados automaticamente. O relatório de plágio de plágio pode ser obtido mediante pagamento de taxa.

Segunda Etapa: Consiste em uma avaliação preliminar do Editor Chefe em conjunto com um membro do Corpo Editorial Científico, sempre que o Editor Chefe julgar necessário, que analisa a adequação dos trabalhos segundo a linha editorial da Revista, sua adequação ao escopo, e aspectos como contribuição e ineditismo do texto. Somente os trabalhos considerados por editores e conselheiros como relevantes para a comunidade e, em particular, para os leitores do periódico, prosseguirão para as demais etapas de avaliação.

Assim, o trabalho será pré analisado por uma equipe técnica quanto sua normatização, ortografia, adequação de linguagem científica, cientificidade do material, metodologia escolhida e adotada, formato das tabelas, figuras, adequação do resumo, número de autores e participação dos mesmos.

Terceira Etapa: Os trabalhos originais e aceitos na segunda etapa são encaminhados para a apreciação de dois pareceristas integrantes do Corpo de avaliadores, conforme o sistema blind review.

Os critérios para a avaliação dos artigos levam em conta relevância do tema, originalidade da contribuição nas áreas temáticas da Revista, clareza do texto, adequação da bibliografia, estruturação e desenvolvimento teórico, metodologia utilizada, conclusões e contribuição oferecida para o conhecimento da área. Nível de escrita por titulação. Havendo apontamentos a serem feitos, a equipe entrará em contato com o (s) autor (es) com os respectivos apontamentos. O (s) autor (es) por sua vez, deverão atender as reivindicações e

devolver o material para nova avaliação. Todas as alterações devem vir assinaladas em outra cor no corpo do texto.

Nota: Nessa etapa pode os avaliadores podem solicitar adequações que devem ser atendidas, demonstrando no texto com marcação em outra cor, para posterior revisão.

Caso haja omissão por parte do (s) autor (es) o material será reprovado automaticamente.

Nota: Nesta etapa o (s) autor (es) terão duas possibilidades de atender as exigências. O autor pode optar pelos revisores parceiros a revista, caso optem por revisores particulares, estes devem apresentar uma carta registrada em cartório que demonstre a competência de atuação em revisão, juntamente com o currículo lattes do revisor. Caso os erros persistam, o trabalho será reprovado automaticamente.